



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DA MULHER**

PARECER FAVORÁVEL Nº 596/2021

REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI - PROCESSO N. 2428/2021

RELATOR: MAURINHO BRANCO

Ementa: ALTERA A LEI 6.018 DE 09/09/2003, ACRESCENTANDO O INCISO XVI, AO PARÁGRAFO 2º DO ART. 5º, A QUAL DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS PARA EMPRESAS QUE SE ESTABELECEM NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS.

**I – RELATÓRIO:**

A priori, cumpre esclarecer que o presente parecer segue as disposições elencadas no art. 52, §1º, incisos I, II e III do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis.

Convém pôr em relevo que a propositura foi analisada pela COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, tendo parecer favorável quanto a sua constitucionalidade.

Em consonância, com as competências da COMISSÃO DOS DIREITOS DA MULHER dispostas no art. 35, inciso VIII do referido dispositivo:

**Art. 35.** *Constituem campos temáticos ou áreas específicas de atividades de cada Comissão Permanente:*

**VIII - Da Comissão dos Direitos da Mulher:** (NR)  
(redação estabelecida pelo art. 12 da Resolução nº 001, de 13.01.2021)

**a)** *opinar sobre todas as proposições que digam respeito aos interesses da mulher, principalmente enquanto cidadã partícipe da vida coletiva e individual no âmbito municipal;*

**b)** *receber reclamações e encaminhá-las aos órgãos competentes;*

**c)** *emitir pareceres e adotar as medidas cabíveis na esfera de sua atribuição;*

**d)** *promover iniciativas e campanhas de esclarecimento e promoção dos direitos da mulher.*

Isto posto, com base nas atribuições acima elencadas, segue o voto do Vogal referente ao Projeto de Lei 2428/2021:

**II – VOTO:**

Cuida analisar o Projeto de Lei de autoria da Ilma. Vereadora Gilda Beatriz, o dispõe sobre a alteração da Lei 6.018 de 09/09/2013 que dispõe sobre os critérios para concessão de incentivos fiscais e econômicos para empresas que se estabeleçam no Município de Petrópolis ou nele ampliam suas atividades, acrescentando o inciso XVI ao § 2º do art. 5º.

De acordo com a justificativa, a propositura tem por desígnio acrescentar o inciso XVI a legislação já existente, possibilitando a concessão de incentivos fiscais as empresas que contratarem mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, estimulando os empresários locais e também a sociedade civil, bem como beneficiando mulheres que infelizmente, por dependência financeira e emocional, não conseguem se desvincular do seu agressor.

Ressalta-se, que o presente Projeto de Lei se mostra extremamente relevante, uma vez que um levantamento de dados realizado pela Central de Atendimento à Mulher "Ligue 180" em 2019, apurou que as agressões registradas estão diretamente relacionadas aos companheiros, cônjuges e ex-companheiros.

Nesse sentido, sabe-se que muitas das vítimas temem denunciar seus agressores, dentre outras razões, por serem dependentes financeiramente, especialmente quando há filho, o que continuamente as silencia e compele a manter o convívio com o ofensor.

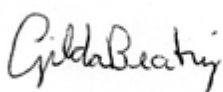
Sendo assim, a possibilidade de concessão de incentivos fiscais a empresas que contratarem mão de obra de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, exercerá notável função social, visto que auxiliará, por meio da disponibilização de vagas, mulheres que anseiam pela oportunidade de conquistar a independência financeira e, conseqüentemente, emocional.

Por fim, resta afirmar que a propositura é de suma importância do ponto de vista econômico e social, considerando busca acrescer a norma já existente e atuará como mais uma ferramenta apoio financeiro e social as vítimas de violência doméstica e familiar.

### **III- PARECER DAS COMISSÕES:**

Desta forma, por todo o exposto, o Vogal da Comissão Permanente dos Direitos da Mulher da Câmara Municipal de Petrópolis, vota FAVORAVELMENTE à tramitação desta Indicação Legislativa.

Sala das Comissões em 23 de Junho de 2021



GILDA BEATRIZ  
Presidente



GIL MAGNO  
Vice - Presidente



MAURINHO BRANCO  
Vogal